



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

**EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026**

1.DO PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, através da Comissão de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará procedimento de contratação direta, na modalidade **Dispensa Eletrônica**, sob o nº **01/2026** com **critério de julgamento menor preço por item**, visando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições deste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº **14.133**, de 1º de abril de 2021, e demais exigências deste Edital.

1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Contratação Direta por Dispensa Eletrônica, foi cuidadosamente examinado pelos fornecedores interessados, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

1.3. Os prazos estabelecidos atendem ao princípio da publicidade e da razoabilidade, considerando a natureza da contratação por dispensa eletrônica.

1.4. A sessão inaugural desta Dispensa Eletrônica dar-se-á por meio do sistema, eletrônico no endereço www.licitanet.com.br, na data e horário, conforme abaixo.

CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS: 09/02/2026 a partir das 09h00min.
ABERTURA DA SESSÃO DA DISPENSA ELETRONICA: 12/02/2026 às 09h00min.

2. OBJETO

2.1 O objeto da presente contratação direta é a **AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) – BOTIJÃO DE 13 KG**. Conforme especificações constantes no termo de referência e demais partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico e neste Edital, prevalecerão as disposições deste Edital e do Termo de Referência.

2.3. A entrega do objeto será realizada **de forma parcelada ou conforme a necessidade da Administração**, mediante solicitações formais observadas as condições e os prazos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3.DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A presente contratação rege-se pelos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 75, inciso II.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

3.2 O valor estimado da contratação encontra-se devidamente apurado no Processo Administrativo nº 027/2026, com base em pesquisa de preços.

3.3. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), conforme pesquisa de preços.

4. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

4.1. O presente procedimento encontra-se devidamente formalizado e autorizado no âmbito do Processo Administrativo nº 027/2026.

4.2. O procedimento visa assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1. A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, com utilização do sistema LICITANET – Licitações On-line, mediante condições adequadas de segurança, criptografia e autenticação.

5.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Comissão de Contratação (a) da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, responsável pela condução do procedimento no sistema eletrônico.

5.3. O presente Edital submete-se integralmente ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, assegurando, quando aplicável, o tratamento diferenciado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente Dispensa Eletrônica os fornecedores que:

I – Estejam regularmente constituídos e em funcionamento.

II – Exerçam atividade compatível com o objeto da contratação.

III – Estejam cadastrados e habilitados na plataforma LICITANET

IV – Não estejam impedidos de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. No presente certame, os itens serão de **ampla participação**, para qualquer empresa, sendo, porém, **garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021,**
observadas, quando compatíveis, as normas municipais aplicáveis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

6.3. A prioridade prevista neste Edital não restringe a participação de empresas sediadas fora do Município ou da região, sendo assegurada a ampla competitividade entre todos os interessados.

7. DAS VEDAÇÕES

7.1. Não poderão participar do certame os fornecedores que:

I – Estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

II – Tenham sido declarados inidôneos ou suspensos de contratar com o Poder Público

III – estejam reunidas em consórcio

IV – Possuam vínculo de parentesco, até o terceiro grau, com agentes públicos diretamente envolvidos no procedimento

V – Enquadrem-se nas hipóteses do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Até 01 (um) dia útil antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente por meio do sistema www.licitanet.com.br e via E-mail: **camaramunicipalsmgro@hotmail.com** ao transmitir o e-mail, este deverá ser confirmado pelo(a) Comissão de Contratação e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Capitão Silvio, n.º 1446 – Cristo Rei - Complemento: próximo a Prefeitura Municipal.

8.3. A decisão da Comissão de Contratação quanto à impugnação será informada preferencialmente através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.licitanet.com.br

8.4. Caberá a Comissão de Contratação decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até 01 (um) dia útil antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente pelo sistema eletrônico. Ou via E-mail: **camaramunicipalsmgro@hotmail.com** ao transmitir o e-mail, este deverá ser confirmado pelo(a) a Comissão de Contratação e/ou equipe de apoio



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo.

10.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

I – Identificação completa do fornecedor

II – Descrição clara do objeto

III – Valor unitário e total

IV – Inclusão de todos os custos e encargos

V – Prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.

10.3. O envio da proposta implica aceitação integral das condições deste Edital.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. . O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, desde que atendidas todas as exigências deste Edital e do Termo de Referência, considerando tratar-se de **item único**, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações, apresentarem preços inexequíveis ou estiverem em desacordo com este Edital.

12. DA DISPUTA, NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE

12.1. A Administração poderá promover negociação direta com o fornecedor classificado em primeiro lugar, visando à obtenção de condições mais vantajosas.

12.2. A proposta vencedora será analisada quanto à compatibilidade com o valor estimado e às especificações do objeto.

13. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Conforme estabelecido no **Termo de Referência.**

14. DA HABILITAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

14.1. O fornecedor melhor classificado deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, por meio do envio da documentação exigida no sistema eletrônico.

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada do objeto social, **indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.**

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

15. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

e) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

f) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

b) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.

c) Declaração da licitante que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou com sanguíneo até terceiro grau.

d) Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte

17. DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS E SANÇÕES.

17.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021,



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta.

18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

18.1. Encerradas as fases do procedimento, o objeto será adjudicado ao fornecedor vencedor e posteriormente homologado pela autoridade competente.

18.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente.

18.3. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4. Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

19. DA PREFERÊNCIA PARA ME, EPP E MEI E PRIORIDADE REGIONAL

19.1. Nos termos do art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 508/2018, será assegurada preferência para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e MEI sediados local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido.

19.2. A aplicação do tratamento diferenciado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, tem por finalidade fomentar o desenvolvimento econômico local e regional, sem prejuízo da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

19.3. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço por item, o valor estimado para o grupo ou o lote da contratação direta que deve ser considerado como um único item.

19.4. Será concedida prioridade de contratação às de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas, no Município São Miguel do Guaporé, observado o limite de até 10% (dez por cento) em relação ao melhor preço válido.

19.5 **Âmbito local:** limites geográficos do Município de São Miguel do Guaporé ;

19.6 **Âmbito regional:** limites geográficos dos municípios de: Seringueiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte d'Oeste, Rolim de Moura, Cacoal, Alvorada d'Oeste, Urupá, Teixeiraópolis e Ji-Paraná.

19.7 Não existindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno porte sediadas, no Município de São Miguel do Guaporé, cuja proposta esteja no limite de 10% em relação ao melhor preço válido previsto no item, a prioridade será dada aos microempreendedores Individuais, Microempresas, e Empresas de pequeno porte regionais. observado o limite de até 10% (dez por cento) em relação ao melhor preço válido.

20. DA JUSTIFICATIVA PARA A PRIORIDADE REGIONAL E LOCAL.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

20.1. A adoção do critério de prioridade de contratação para Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sediadas no âmbito local e regional encontra amparo nos arts. 47, 48, inciso III e §3º, e 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a Administração Pública a promover o desenvolvimento nacional sustentável e incentivar a economia local e regional.

20.2. O objeto desta contratação consiste na aquisição de **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) – Botijão de 13 kg**, produto amplamente comercializado no comércio local e regional, sendo plenamente compatível com a capacidade técnica e operacional das Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município e na região.

20.3. A priorização de fornecedores locais e regionais mostra-se adequada e proporcional, uma vez que reduz prazos de entrega, diminui custos logísticos, assegura maior agilidade no atendimento das demandas e facilita a fiscalização da execução contratual.

20.4. A prioridade prevista neste Edital não configura restrição à competitividade nem direcionamento, sendo aplicada exclusivamente quando a proposta apresentada por fornecedor local ou regional estiver dentro do limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme autoriza o art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

20.5. Dessa forma, a adoção da prioridade local e regional atende ao interesse público, encontra respaldo legal e preserva a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

21 – PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA.

21.1. A entrega do objeto será realizada **de forma parcelada ou conforme a necessidade da Administração**, mediante solicitação formal, observadas as condições e os prazos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

21.2 A vigência do contrato ou instrumento equivalente será de até 12 (doze) meses, prazo considerado necessário para garantir a adequada execução do objeto, observada a conveniência administrativa.

22. DO PAGAMENTO

22.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da contratação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021)

23.1. O fornecedor contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, quando cabível.

23.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

- I – Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- II – deixar de entregar a documentação exigida ou prestar declaração falsa;
- III – não manter a proposta apresentada;
- IV – comportar-se de modo inidôneo;
- V – cometer fraude fiscal;
- VI – praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da contratação.

23.3. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas ao contratado, observada a gradação prevista em lei, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- I – Advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

23.4. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios estabelecidos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do contratado.

23.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste capítulo, observado o disposto na legislação vigente.

23.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não afasta a obrigação do contratado de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

23.7. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se ao contratado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

24 – DOS RECURSOS

Praça dos Três Poderes, s/n.º – Fone – 69 3642-2234



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

24.1 Das decisões proferidas caberá pedido de reconsideração, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O presente procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema eletrônico utilizado e no sítio oficial da Câmara Municipal, em atendimento ao princípio da publicidade.

25.2. A Administração poderá revogar ou anular o presente procedimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

25.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Comissão de Contratação.

25.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Edital.

São Miguel do Guaporé/RO, ____ de _____ de 2026.

SOLENI ALVES VALADÃO
Comissão de Contratação



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) – BOTIJÃO DE 13 KG.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUAN T.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para uso doméstico; acondicionado em botijão com capacidade de 13 (treze) quilogramas . Atender às normas técnicas vigentes da ANP.	10	R\$ 140,00	R\$1.400,00

3.1.O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 1.400,00**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO II

**TERMO DE REFERÊNCIA
Processo licitatório 027/2026**

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) – BOTIJÃO DE 13 KG**, destinado a atender às necessidades da Administração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição do GLP 13 kg faz-se necessária para o preparo de alimentos e bebidas, bem como para o atendimento das rotinas administrativas que demandam o uso de cozinha/copa, garantindo a continuidade dos serviços públicos e o adequado funcionamento das atividades institucionais.

3. DO VALOR E DESCRIÇÃO DO ITEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUAN T.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para uso doméstico; acondicionado em botijão com capacidade de 13 (treze) quilogramas . Atender às normas técnicas vigentes da ANP.	10	R\$ 140,00	R\$1.400,00

3.1.O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 1.400,00**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

3.2. **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)** - Tipo: GLP para uso doméstico; - Acondicionamento: Botijão com capacidade de **13 (treze) quilogramas**; - Conformidade: Atender às normas técnicas vigentes da **ANP**; Condição: Produto novo, lacrado, com selo de segurança inviolado; - Prazo de validade: Dentro do prazo estabelecido pelo fabricante, em conformidade com a legislação aplicável.

3.3. A quantidade estimada será definida conforme a demanda da Administração, podendo ser ajustada de acordo com o consumo médio mensal, respeitados os limites orçamentários.

4. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pela Administração.

4.2. A entrega do objeto será realizada **de forma parcelada ou conforme a necessidade da Administração**, mediante solicitação formal, observadas as condições e os prazos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1. O recebimento do objeto dar-se-á provisoriamente no ato da entrega, para conferência das especificações.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.3. Produtos em desacordo deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer o objeto conforme especificações deste Termo de Referência.

6.2. Garantir a qualidade e a segurança do produto fornecido.

6.3. Responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga dos botijões.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

6.4. Substituir, imediatamente, qualquer produto que apresente defeito, avaria ou irregularidade.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas as condições necessárias para o recebimento do objeto.

7.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

7.3. Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, observados os prazos legais.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência da contratação será definido conforme o instrumento contratual ou nota de empenho, podendo abranger o exercício financeiro correspondente.

10. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé

01.001.01.031.0002.2001.3.3.90.30.00.00 – material de consumo

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentaria respectiva e liberação dos créditos correspondentes

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de janeiro de 2026.

Maria Serli Lopes
Agente de contratação

Agente de contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Dispensa eletrônica N.º 001/2026

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do edital de Dispensa Eletrônica ____/CPL/2026 em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) – BOTIJÃO DE 13 KG. PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA		C N P J		TELEFONE		
FAX	CELULAR	E – MAIL				
BANCO		AGÊNCIA		CONTA CORRENTE		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA						
NOME		CARGO		CPF/MF	CI/RG	
TELEFONE FIXO		CELULAR 01		CELULAR 02		
ITEM	UNID.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
			Total Geral → (por extenso)		R\$	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data limite para recebimento das propostas.

Prazo de entrega do objeto: conforme solicitação da Administração, observado o disposto no Edital e no Termo de Referência. na Câmara Municipal de _____: de no máximo ____ (_____) dias corridos, a contar da data da solicitação.

Declaramos, sob as penalidades da lei, e para fins de participação no Dispensa Eletrônica n.º ____/2026, que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da contratação direta em referência;

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente contratação direta;

Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Dispensa eletrônica 001/2026

Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;

Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local e data



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO IV

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06)

A Câmara Municipal de.....

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no Edital do Dispensa Eletrônica acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido e observado o disposto no art.2º inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

() **COOPERATIVA**, conforme disposto no artigo 16 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

() **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente contratação direta caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

(Local e data)

(Nome, cargo e CPF do Declarante)
CNPJ da empresa



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO V

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Câmara Municipal de _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ N° _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG n° _____ e CPF N° _____, para os fins de direito, especificamente para participação desta contratação direta, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente contratação direta caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VII do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados, executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Declara de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63º inciso IV da Lei 14.133/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

XI - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XII - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, avaliar as soluções disponíveis no mercado e subsidiar a contratação direta por **Dispensa Eletrônica**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé utiliza gás liquefeito de petróleo (GLP) para o preparo de alimentos e bebidas na copa/cozinha, atendendo servidores, vereadores e demais atividades administrativas. A inexistência desse insumo comprometeria o funcionamento regular das atividades institucionais, tornando indispensável sua aquisição contínua.

3. DEMANDA A SER ATENDIDA

3.1. Com base no consumo médio da Administração, estima-se a necessidade de aquisição de **10 (dez) botijões de GLP de 13 kg**, quantidade suficiente para suprir as demandas durante o exercício administrativo, podendo ser ajustada conforme a necessidade real de consumo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto a ser contratado deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- GLP para uso doméstico;
- Botijão com capacidade de 13 (treze) quilogramas;
- Produto novo, lacrado e com selo de segurança inviolado;
- Atender integralmente às normas técnicas e regulamentações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Prazo de validade dentro do estabelecido pelo fabricante.

5. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

5.1. No mercado local e regional, existem diversas empresas revendedoras autorizadas de GLP que fornecem botijões de 13 kg, com entrega direta ao consumidor final. Trata-se de um produto padronizado, amplamente comercializado, não havendo necessidade de solução alternativa ou tecnológica distinta.

6. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

6.1. Foram consideradas as seguintes alternativas:

- **Aquisição direta de botijões de GLP 13 kg:** alternativa mais viável e econômica, considerando a estrutura existente da Câmara Municipal.
- **Outras fontes de energia (elétrica ou gás encanado):** inviáveis técnica e economicamente, seja por ausência de infraestrutura adequada ou pelo alto custo de implantação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

6.2. Conclui-se que a aquisição direta de GLP em botijões de 13 kg é a solução mais adequada.

7. ESTIMATIVA DE CUSTOS

7.1. A estimativa de custos foi realizada com base em pesquisa de preços praticados no mercado local e regional, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, resultando no valor médio estimado de **R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por botijão**, totalizando **R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)** para a quantidade prevista.

7.2. O valor total estimado encontra-se abaixo do limite legal para contratação por dispensa eletrônica, mostrando-se compatível com os preços praticados no mercado.

8. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8.1. A solução escolhida atende plenamente às necessidades da Administração, apresenta ampla oferta no mercado, baixo risco de descontinuidade no fornecimento, fácil logística de entrega e custo compatível com os preços praticados regionalmente.

9. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os principais riscos identificados são:

- Atraso na entrega do produto;
- Fornecimento de botijões fora das especificações técnicas;
- Oscilação de preços no mercado.

9.2. Tais riscos podem ser mitigados mediante a realização de dispensa eletrônica com ampla publicidade, definição clara das especificações no Termo de Referência, fiscalização do fornecimento e exigência de conformidade com as normas da ANP.

10. CONCLUSÃO

10.1. Diante do exposto, conclui-se que a contratação por **Dispensa Eletrônica** para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) – Botijão de 13 kg é necessária, viável, econômica e atende ao interesse público, estando em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência e a abertura da dispensa eletrônica no sistema oficial adotado pela Administração.

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de Janeiro de 2026.

Maria Serli Lopes
Agente de contratação